



RIO GRANDE DO SUL

POR QUE 14,95% PARA TODA A CATEGORIA?

Por Alex Saratt - Vice-presidente do CPERS

A questão salarial, lastreada pela publicação do índice do Piso do Magistério, envolve dignidade, valorização, investimento e futuro.

Ainda que a lei seja específica, a situação geral dos trabalhadores em educação torna legítima a reivindicação e luta do Cpers-Sindicato: reajuste para toda a categoria - professores e funcionários ativos e aposentados.

No caso dos professores o caso é mais óbvio, não sem destacar que a lógica do piso - valorização em vez de reposição - deva ser seguida pela obediência à carreira, o que torna os 9,45% apresentados pelo Governo uma burla à própria lei.

Em relação aos aposentados, o problema está na política governamental que faz da parcela de irredutibilidade um valor, enquanto o Sindicato a define como patrimônio jurídico adquirido pelos educadores ao longo de sua trajetória profissional, logo um direito.

Aos que não formam par com os ativos, ditos sem paridade, sempre conseguimos com luta e negociação inclui-los nos reajustes salariais, vencendo a letra fria da lei e garantindo reposição de suas perdas.

Também exigimos que o percentual seja estendido aos funcionários de escola porque vivem na mais absoluta miséria salarial. Com vencimentos básicos que começam com R\$ 657, precisam receber uma parcela completa superior ao valor de carreira e formam 90% dos servidores públicos que tem nesse expediente a forma de alcançar o salário mínimo regional.



Não bastasse tamanha miserabilidade, tem suas gratificações (insalubridade, adicional noturno, difícil acesso) computadas no completo, sendo prejudicados em seus parcos ganhos. O Cpers requer o fim dessa prática, assegurando uma melhora financeira para quem enfrenta oito anos com apenas 6% de reposição de uma inflação superior à 54%.

Se a educação é uma só, os educadores também são. Fiel aos seus princípios de sindicato unitário, nada mais justo e lógico do que buscar os 14,95% para toda a categoria. Há dinheiro: superávit orçamentário, saldo positivo do FUNDEB, isenções fiscais bilionárias, reajuste dos altos salários, mostram que é possível, cabe no bolso. Para fazer da Educação verdadeira prioridade é necessário ir além dos prédios e instalações ou dos modelos pedagógicos, tem de haver valorização profissional dos educadores e reconhecimento àqueles que dedicaram a vida a formação de gerações de cidadãos e trabalhadores.

Governador Eduardo Leite, ouça a voz dos educadores e pague os 14,95% de reajuste para professores e funcionários ativos ou aposentados. Investir na Educação vale a pena, dá retorno e o Rio Grande do Sul só tem a ganhar.



CONTATOS DA CTB RS EDUCAÇÃO

Alex Saratt - Direção Central (051) 985631913 / Leonardo Echevarria - Direção Central (051) 982824860 / Solange Carvalho - 1° núcleo - Caxias do Sul (054) 999334423 / Dina Marilu - 4° núcleo - Cachoeira do Sul (051) 985422123 / Fábio Freitas - 2° núcleo - Santa Maria (055) 984630086 / Magda Schimidt - 15° núcleo - Erechim (054) 984286202 / Fernanda Normberg - 32° núcleo - Taquara (051) 997028675 / Gabriela Viana - 10° núcleo - Santa Rosa (055) 991872417 / Márcio Dejalmo - 13° núcleo - Osório (051) 992046636 / Fábio Dullius - 39° núcleo - POA ZS (051) 986091611 / Moscato - 31° núcleo - Ijuí (055) 999111675 / Evanda Amaral - 11° núcleo - Cruz Alta (055) 991221162 / Paulo Batista - 14° núcleo - São Leopoldo (051) 996765179 / Fernando Rosário - 24° núcleo - Pelotas (053) 981539999 / Joice Eslabão - 6° núcleo - Rio Grande (053) 991505134



BRUNA RODRIGUES
DEPUTADA ESTADUAL
PCDOB



Impossível falar de futuro sem falar de educação! Pra mim a escola foi um agente fundamental em minha trajetória e é por isso que sigo firme na luta pela valorização dos profissionais e por uma educação de qualidade. Nosso mandato estará sempre de portas abertas para acolher as professoras/es, funcionárias/os e aposentadas/os do CPERS!



Como educadora social sempre soube a importância da educação para a construção do Brasil que acreditamos. Agora como Deputada Federal, sigo ao lado dos e das professoras, na luta por uma educação pública, de qualidade, laica, inclusiva, antirracista e democrática. A valorização dos(as) trabalhadoras(es) em educação e fundamental, pois **EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA** sendo a educação um importante instrumento de transformação social.

DAIANA SANTOS - DEPUTADA FEDERAL - PCDOB

MULHERES QUEREM DIREITOS IGUAIS E O FIM DA VIOLÊNCIA

As mulheres lutam por uma vida digna, por direitos iguais e pelo fim da violência, o que só será possível com um país democrático e com menos desigualdades sociais. Uma luta que não pode acontecer só em março, mês da mulher, mas todos os dias do ano.

Apesar dos avanços conquistados, ainda há muito o que vencer: é preciso vencer os casos de violência de gênero que são alarmantes, com aumento dos feminicídios; é preciso vencer as diversas desigualdades, como aquelas do mundo do trabalho, no qual as diferenças salariais e de direitos ainda predominam.

Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apenas no primeiro semestre de 2020, 699 mulheres foram mortas em razão da sua condição de ser do sexo feminino. Ou seja, aproximadamente quatro mulheres foram mortas todos os dias no Brasil, e unicamente por serem mulheres. As mulheres ainda enfrentam muitos outros problemas, como a violência doméstica, o assédio moral e sexual, o não reconhecimento da função social da maternidade, entre outros.

Segundo dados do Dieese, o salário das mulheres é 22% menor que o dos homens no Brasil. No Rio Grande do Sul, essa diferença de rendimento aumenta para 28%, segundo números de 2020. E, de acordo com pesquisa citada pela revista britânica *The Economist* "a igualdade de gênero faz bem ao crescimento econômico!". Ou seja: se as empresas tivessem mais mulheres como funcionárias, o PIB per capita da América Latina seria 16% maior.

Outra pesquisa divulgada pelo IBGE mostra que, embora haja a tendência de maior participação dos homens em funções domésticas, o trabalho mais pesado, como cozinhar ou limpar a casa, permanece na conta das mulheres. Elas também estão à frente na hora de auxiliar nos cuidados pessoais, como alimentar, vestir e dar banho, e nas atividades educacionais dos filhos.

A educação não pode repetir ou concordar com o machismo estrutural que é um dos geradores da desigualdade e da violência contra a mulher. Precisamos lutar por uma escola libertadora, com educadores e educadoras que tenham consciência de seu papel social na construção de uma sociedade mais justa. A empatia e o acolhimento precisam fazer parte da vida escolar, para refletir-se na sociedade através da formação de novas consciências. Viva a luta das mulheres! Viva a democracia!

COMO DENUNCIAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

Brigada Militar – Disque 190 : Se a violência estiver acontecendo, a vítima ou qualquer outra pessoa deverá telefonar imediatamente para o 190.

Polícia Civil : Se a violência já aconteceu, a vítima deverá ir, preferencialmente à Delegacia da Mulher, onde houver, ou a qualquer Delegacia de Polícia para fazer o Boletim de Ocorrência e solicitar as medidas protetivas.

Central de Atendimento à Mulher 24 Horas – Disque 180 : A Central funciona diariamente, 24h por dia, e pode ser acionada de qualquer lugar do Brasil e de mais 16 países.

